



# O DESAFIO DA CONTINUIDADE

BRASIL EM DESTAQUE NO RELATÓRIO GLOBAL DE COMPETITIVIDADE

POR **CARLOS ARRUDA E MARINA ARAÚJO**

O ano de 2009 foi marcado por grandes expectativas na economia e competitividade internacional. Em sua 30ª edição, o Relatório Global de Competitividade (GCR), realizado pelo World Economic Forum (WEF) com apoio da Fundação Dom Cabral, não é capaz de responder a todas as perguntas que emergiram durante a crise. Mas, é certamente uma ferramenta importante de reflexão sobre muitos conceitos e verdades divulgados por estudiosos do tema. Além de um bom instrumento de *benchmarking* para muitas das questões que envolvem a competitividade internacional.

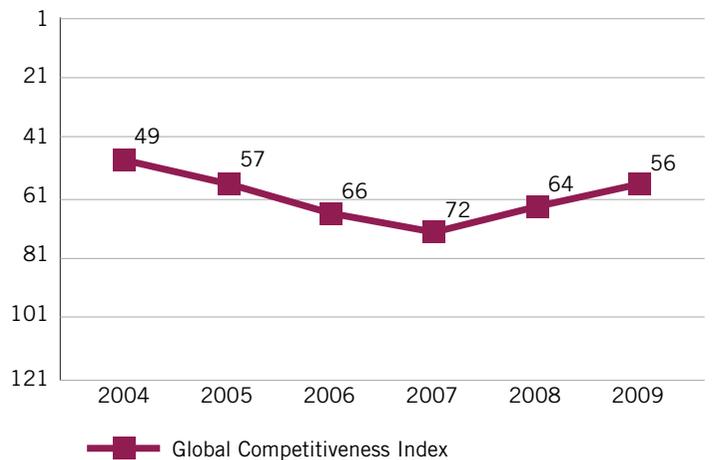
Para o WEF, a competitividade é o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país. Sendo a produtividade fundamental para a prosperidade econômica das nações, o estudo considera que economias mais competitivas tendem a gerar altos níveis de renda para a população. Com o objetivo de oferecer ferramentas de *benchmarking* para gestores e formuladores de políticas, o GCR analisa fatores macro e microeconômicos, com variáveis *soft* (pesquisa de opinião com executivos e empresários de todo o país) e dados *hard* (estatísticas

para definir o perfil das principais variáveis econômicas e sociais das nações).

Foram coletadas as opiniões de 12.600 executivos em todo o mundo – no Brasil, onde o WEF conta com a parceria da FDC, 181 executivos responderam ao questionário. As mais de cem variáveis analisadas no estudo são agrupadas em 12 pilares, reorganizados em três grupos-base de análise: “Requisitos Básicos”, “Propulsores de Eficiência” e “Inovação e Sofisticação Empresarial”.

Política e economicamente, o Brasil vive hoje um dos seus melhores momentos desde a estabilização econômica, na implantação do Plano Real. Os bons resultados anunciados pela mídia podem ser observados nos constantes ganhos de competitividade do País nos últimos três anos. Ocupando a 56ª posição no *ranking* em 2009, o Brasil acumulou ganhos relativos e absolutos que resultaram no incremento de 17 posições desde 2007 (**Gráfico 1**). Mesmo com esses bons resultados, existem muitas críticas sobre o posicionamento do país no estudo do WEF e sua capacidade de retratar a verdadeira condição da competitividade nacional.

GRÁFICO 1 | O BRASIL NO GCR 2009-2010



Fonte: WEF, 2009. Elaboração própria.

O ganho de competitividade do Brasil está ancorado nas mudanças do seu padrão competitivo, tanto nas bases relativas, quanto absolutas. Especificamente para o GCR de 2009, as duas situações puderam ser verificadas. Com a crise, muitas nações antes altamente competitivas perderam posições consideráveis (como Inglaterra e Rússia).

**UM OLHAR PARA DENTRO DO PAÍS** Os ganhos competitivos brasileiros, registrados nos últimos anos, resultam de um conjunto de fatores que fogem à simples análise econômica – sociais, políticos e até de conjuntura internacional. Para construir as vantagens competitivas que tem hoje, o Brasil contou com: um mercado internacional favorável e aquecido; um longo período de políticas voltadas para a estabilização macroeconômica nacional; e mais recentemente, políticas de desenvolvimento social e emprego. Nessa análise, é importante entender que os fatores propulsores da competitividade brasileira só favoreceram o contexto nacional por terem ocorrido simultaneamente.

Uma análise mais detalhada do contexto competitivo brasileiro aponta para uma inversão desenvolvimentista no país. Segundo a lógica do WEF, o Brasil já deveria ter superado as dificuldades e necessidades básicas do seu desenvolvimento (Requisitos Básicos) e partido para a busca de incrementos na sua eficiência (Propulsores de Eficiência) e inovação (Inovação e Sofisticação de Fatores). O que se percebe, no entanto, é que os agentes nacionais se ocuparam mais do desenvol-

vimento dos fatores ligados à eficiência e inovação, do que dos itens básicos, que sinalizam hoje grandes barreiras ao desenvolvimento nacional. Apesar dos esforços para aumentar a base competitiva nacional – macroeconomia, educação primária e infraestrutura –, eles ainda não foram suficientes para romper com a inversão e o que chamamos de “contradição desenvolvimentista”.

Uma análise do desempenho do Brasil (Tabela 1) nos três pilares básicos da competitividade, desde 2006, revela que no grupo Requisitos Básicos o país está sempre posicionado no terceiro quartil do ranking. Já os pilares de Eficiência e Inovação estariam classificados no segundo quartil, no mesmo período avaliado.

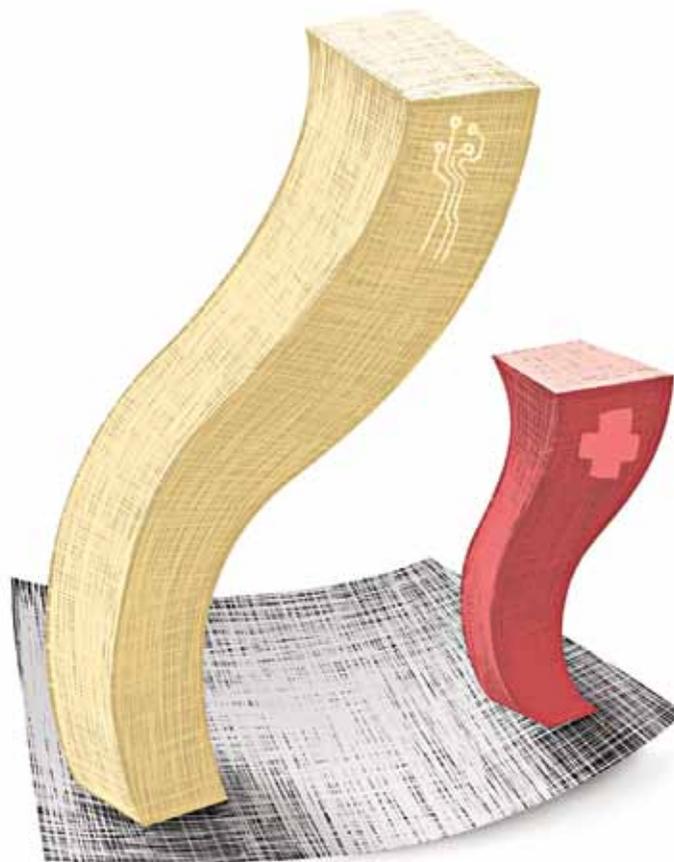
No Ranking 2009, o Brasil ganhou cinco posições nos Requisitos Básicos, passando a ocupar o 91º lugar. Segundo dados do WEF, o desempenho mediano nesse pilar estaria relacionado às más posições ocupadas pelo país, no que se refere às suas Instituições (93ª) e Estabilidade Macroeconômica (109ª). É preciso fazer uma ressalva com relação ao fator Estabilidade Macroeconômica. Contrariando toda a discussão nacional e internacional – sobre a solidez do sistema macro brasileiro –, a posição do país nesse indicador deixa bastante a desejar. Mas, observando-se as unidades primárias de análise, é possível concluir que o responsável pelo baixo desempenho é o *Spread* Bancário (128ª).

Apesar dos bons resultados do país nos requisitos básicos, o pilar-chave do aumento da competitividade brasileira em 2009 está no grupo Propulsores de Eficiência, conforme avaliação do GCR. Com ganhos significativos de posições em praticamente todos os fatores analisados, o Brasil recuperou nove posições nesse pilar, em 2009, passando a ocupar o 42º lugar no ranking. Esse bom desempenho em tempos de pós-crise deve-se, em primeiro lugar, ao tamanho do mercado brasileiro (10ª posição). Além de ser um país com mais de 190 milhões de habitantes, sua população vive hoje um processo de ganho constante e real de poder aquisitivo. Num segundo momento, os resultados do GCR indicam avanços relacionados à Prontidão Tecnológica e à Sofisticação do Setor Financeiro.

Outro grande destaque em 2009 foi o pilar Sofisticação do Setor Financeiro. Formulado nas bases clássicas do liberalismo, um mercado seria

## OS GANHOS COMPETITIVOS BRASILEIROS, REGISTRADOS NOS ÚLTIMOS ANOS, RESULTAM DE UM CONJUNTO DE FATORES QUE FOGEM À SIMPLES ANÁLISE ECONÔMICA

eficiente e competitivo – para o WEF – se operasse com baixa intervenção do Estado e quase nenhuma barreira. Entretanto, após a forte crise do setor, vivida no final de 2008, os especialistas concluíram que esse conceito não era benéfico nem ao país, nem à saúde do setor em escala mundial. Recorrentemente criticado por analistas internacionais, quanto às fortes restrições impostas pelo Estado ao movimento de capitais, o Brasil estava numa posição favorável. Nesse sentido, acredita-se que o rigor no mercado de capitais brasileiro tenha ajudado a reduzir seus efeitos sobre as variáveis reais do país (sobretudo no que se refere ao setor



**TABELA 1** | O BRASIL NO GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT 2009-2010.  
ANÁLISE DOS SUBFATORES – 2006 A 2009

	2006	2007	2008	2009
<b>Global Competitiveness Index</b>	<b>66</b>	<b>72</b>	<b>64</b>	<b>56</b>
Requisitos Básicos	84	101	96	91
Instituições	82	104	91	93
Infraestrutura	68	78	78	74
Estabilidade Macroeconômica	114	126	122	109
Saúde e Educação Básica	59	84	79	79
Propulsores de Eficiência	51	55	51	42
Educação Superior e Treinamento	56	64	58	58
Eficiência do Mercado de Bens	80	97	101	99
Eficiência do Mercado de Trabalho	95	104	91	80
Sofisticação do Mercado Financeiro	69	73	64	51
Prontidão Tecnológica	54	55	56	46
Tamanho do Mercado	10	10	10	10
Inovação e sofisticação de fatores	36	41	42	38
Sofisticação dos Negócios	35	39	35	32
Inovação	37	44	43	43

FONTE: WEF, 2009. ELABORAÇÃO PRÓPRIA

produtivo de média escala). O bom desempenho desse pilar está relacionado a um conjunto de fatores: Sofisticação do setor financeiro (ganho de oito posições – 13ª posição); Solidez das Instituições Financeiras (ganho de 14 posições – 10º lugar); e qualidade da Regulação das bolsas de valores (ganho de 18 posições – 10º lugar).

Por último, os pilares Inovação e Sofisticação de Fatores – tradicionalmente os de melhor desempenho do Brasil - apresentaram em 2009 um ganho de quatro posições, passando a ocupar o 38º lugar. O bom desempenho se deve a fatores como a quantidade (10º lugar) e a qualidade (35º) dos fornecedores locais nas cadeias produtivas nacionais, o nível de desenvolvimento dos clusters nacionais (29º) e o controle do país sobre seus canais internacionais de distribuição (26º). Com relação aos fatores de Inovação, foi mantida a 43ª posição, conquistada no ano anterior. Fatores como a avaliação dos executivos sobre a “capacidade de inovação” das empresas (28º) e seus gastos com P&D (29º) alavancam a competitividade do país.

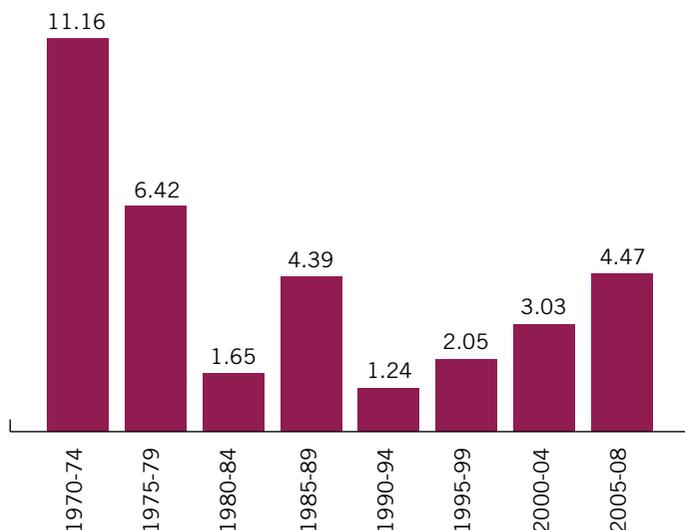
**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL** O Brasil se destacou no relatório por diversos fatores, que envolvem questões econômicas, sociais e políticas. De todas as observações, a mais relevante trata do planejamento do Estado e das políticas voltadas para o longo prazo. Pode-se afirmar que a capacidade mínima de organização de políticas, ao longo

do tempo, permitiu ao Brasil atingir os patamares de estabilidade hoje observados.

Além dos fatores de curto prazo, o salto macroeconômico do país se justifica também pela mudança do contexto brasileiro com relação à capacidade de controlar suas principais variáveis macroeconômicas. A tão criticada aceitação, por parte dos governantes, das chamadas “cartilhas do FMI”, gera hoje resultados positivos para a nação – naquela época, o Brasil tinha poucas alternativas de barganha e negociação. Hoje, além do contexto fiscal favorável, o país conta com uma economia altamente produtiva e geradora de riquezas. Assim, o Brasil, 10ª maior economia entre as 133 nações avaliadas, poderá finalmente direcionar suas forças para o tão sonhado desenvolvimento econômico.

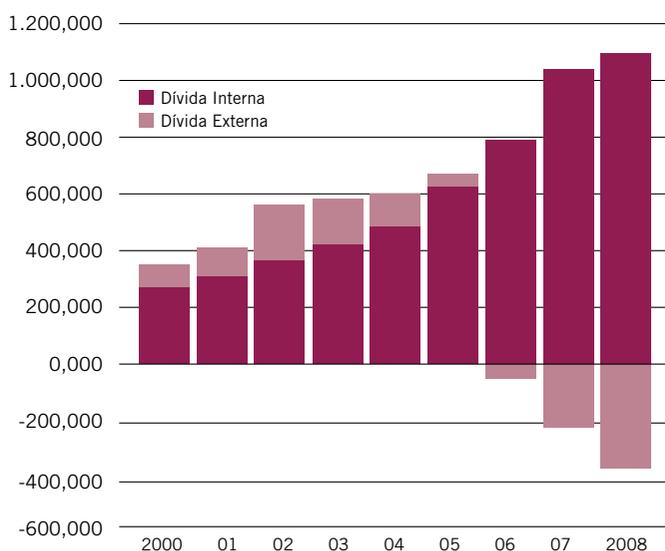
No fim do curto período do Milagre Econômico Brasileiro, o país viveu momentos econômicos e sociais amargos – crise inflacionária, uma economia que se deteriorava dia após dia, cadeia industrial defasada, descontrole da dívida interna e externa, e um regime institucional altamente protecionista. À beira da moratória, o Brasil recorreu ao FMI para tentar reerguer o país e recuperar a credibilidade externa. Inegavelmente, o remédio foi amargo demais. Durante o período de forte implementação das regras de conduta macroeconômica, o país controlou a inflação, mas viu o seu PIB crescer a taxas modestas, que chegaram a níveis médios de 1,65%, entre 1980 e 84, e

**GRÁFICO 2 | TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO DO PIB**



FONTE: IPEADATA, 2009.

**GRÁFICO 3 | DÍVIDA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL - 2000 A 2008 (R\$ BILHÕES)**



FONTE: IPEADATA, 2009.

1,24% entre 1990 e 94 (**Gráfico 2**). Mais do que controlar um contexto econômico ruim, as condutas indicadas pelo FMI impediram o país de investir pesadamente em setores básicos, como infraestrutura, educação e saúde. Os resultados da falta de investimento podem ser observados até hoje.

Reverendo os conceitos econômicos desse período da história brasileira – visando atingir as metas de controle de inflação e promoção do superávit, combinados com o FMI –, o Banco Central se apoiou no aumento da taxa básica de juros. Além disso, os superávits primários também se apoiaram nos superávits comerciais brasileiros e na brusca redução dos gastos governamentais.

Ao longo de mais de quinze anos, as políticas austeras se comprometeram fortemente com seus financiadores internacionais e com a responsabilidade fiscal. Em 2009, finalmente o Brasil trocou a posição de devedor pela de credor líquido internacional – hoje, os deveres para com o exterior são menores do que os créditos obtidos pelo país. Apesar da nova posição brasileira no cenário internacional, o controle da dívida externa anda na contramão da expansão desenfreada de sua dívida interna. Como se observa no **Gráfico 3**, ao longo dos últimos anos o Brasil investiu pesadamente no controle da dívida externa, via aumentos na dívida interna (passou de R\$ 782 bilhões para mais de R\$ 1,084 trilhão). Essa expansão vertiginosa ainda é justificada pelo constante aumento dos gastos governamentais. Nesse contexto, a tão divulgada responsabilidade fiscal dos governos tem suas bases fragilizadas.

Sem o aumento dos gastos governamentais, notáveis durante o governo Lula, seria impossível uma promoção do desenvolvimento social como a da última década. Porém, é fundamental que os formuladores de políticas tenham mais cuidado neste momento. O aumento nos gastos públicos – com investimentos voltados para setores-base da economia e da sociedade –, não apenas faz crescer o endividamento do governo, como também ativa os gatilhos inflacionários de demanda.

Outro importante ganho do país está na reformulação de toda sua cadeia produtiva e de suas empresas. Frente à abertura dos mercados e uma política ineficiente de substituição das importações, as empresas nacionais foram obrigadas a desenvolver o seu potencial competitivo. Hoje,

## A CAPACIDADE MÍNIMA DE ORGANIZAÇÃO DE POLÍTICAS, AO LONGO DO TEMPO, PERMITIU AO BRASIL ATINGIR OS PATAMARES DE ESTABILIDADE HOJE OBSERVADOS

muitas companhias brasileiras são exemplos internacionais de eficiência e inovação. É bom lembrar também os ganhos registrados no sistema monetário nacional.

Na transição das políticas do passado para o presente, merecem destaque duas atuações do governo sobre a macroeconomia. A primeira trata do relativo equilíbrio que o governo vem conquistando entre inflação e taxa de juros – duas variáveis fortemente responsáveis pelo nível de reservas em moeda estrangeira do país ou pela oferta de crédito. E, mais do que isso, o Banco Central vem conseguindo diminuir as variações das duas séries e, principalmente, reduzindo progressivamente a taxa de juros básica sem gerar gatilhos inflacionários. Esse foi, sem dúvida, um dos grandes progressos da política macroeconômica brasileira.

Os bons ventos que sopram o regime macroeconômico poderiam ser ainda melhores se a boa evolução da economia monetária nacional não enfrentasse os entraves gerados pelos altos spreads bancários impostos à sociedade (diferença de custo entre os recursos que os bancos tomam e os que oferecem ao público). No caso brasileiro, dois itens básicos compõem sua variação: o primeiro trata da taxa básica de juros administrada pelo Bacen e que serve de referência para as demais movimentações bancárias no país; o segundo fator, e mais problemático, trata do comportamento microeconômico dos atores envolvidos no sistema (sociedade e bancos). Apesar dos esforços para redução do spread, tão pesado para o setor produtivo da economia, o Bacen ainda não conseguiu conter os seus níveis com as políticas de redução da taxa básica de juros (Selic). Estudo recente, do próprio Bacen, apontou os quatro principais responsáveis pela alta das taxas de spread do país, além dos fatores, que remuneraram os seus investidores: a margem



## SERIA ENGANOSO JUSTIFICAR A EVOLUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA PELA MERA TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETA DO GOVERNO PARA AS CAMADAS MAIS POBRES DA SOCIEDADE

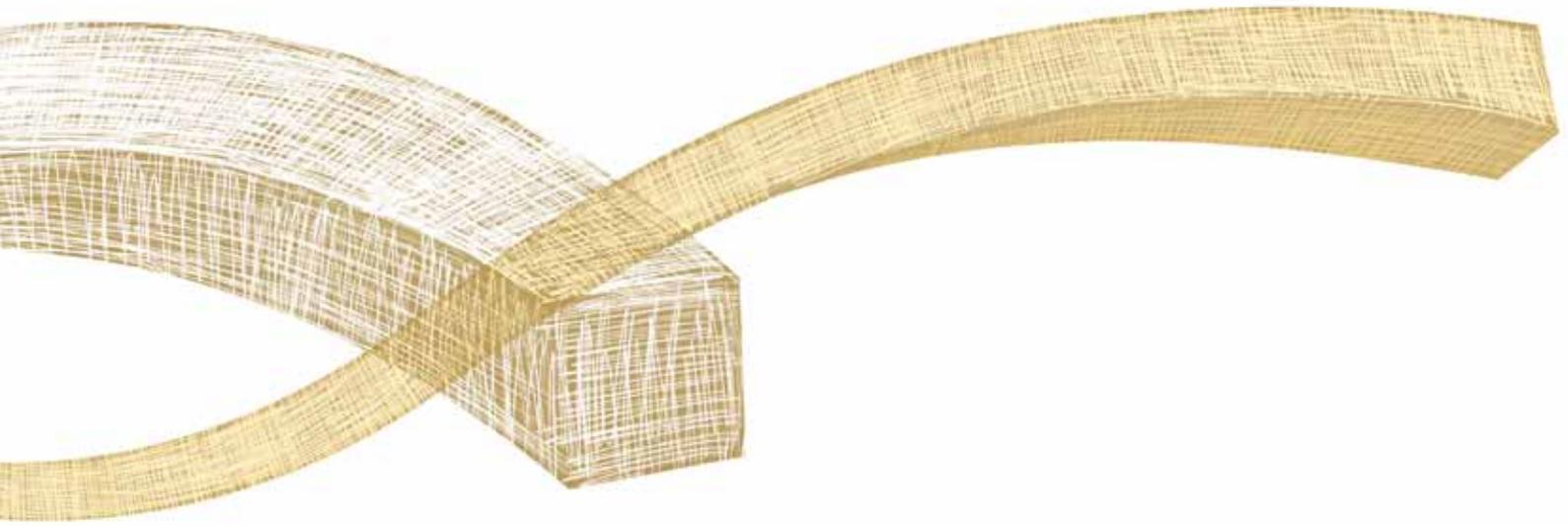
líquida dos bancos; os impostos diretos e indiretos; as despesas de inadimplência; as despesas administrativas. Para combatê-los, seria necessária uma mudança brusca de mentalidade e comportamento dos atores sociais. O Bacen vem atuando firmemente no sentido de, por um lado, gerar um ambiente de maior confiança para os bancos, com a criação da lista positiva e, por outro lado, forçando-os a repensar suas práticas de rentabilidade, com redução dos juros praticados via queda nas taxas dos bancos públicos. O que impede essas políticas de serem realmente efetivas é a grande resistência, da própria sociedade, à mudança.

O alto *spread* também está relacionado ao próprio setor público, que sobrecarrega o sistema financeiro com altos impostos diretos e indiretos, além de ser o maior tomador de crédito no país. Apesar da grande e favorável revisão da política do compulsório, recentemente feita pelo Bacen, a soma dos impostos pagos pelos bancos ainda é excessivamente alta. O desafio de reduzir o *spread* parece ainda estar distante.

Colhendo os frutos do período de austeridade, foi possível ao Brasil concentrar suas forças no desenvolvimento e recuperar seu papel social, de promotor não apenas do desenvolvimento econômico, mas também do social – avanços como Bolsa Família, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Fome Zero. Do outro lado, temos os diversos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), voltados para as áreas como infraestrutura, saúde e educação, que durante muitos anos estiveram em segundo plano na formulação de políticas.

Sendo impossível analisar, no escopo deste artigo, cada um dos programas e políticas sociais do país, preferimos observar sua evolução. Numa primeira fase, o Ministério do Desenvolvimento Social se dedicou a mudar o padrão social do país, o que, à época, representava tirar da miséria uma considerável parcela da população. Segundo dados do IPEA (POCHMANN, 2009), desde 2002, o número de pobres vem caindo progressivamente no país. Muito relacionado ao que aqui chamaremos de Políticas de Transferência de Renda Condicionada, a taxa de pobreza das principais regiões metropolitanas do país foi reduzida em 4,8 milhões de pessoas, de 2004 a 2009. Também merecem destaque os avanços na distribuição de renda, que influenciaram positivamente o Índice de Gini (IG) – era de 0,596 em 2004 e caiu para 0,556 em 2007. Não apenas diminuiu a desigualdade de renda, com também caiu a desigualdade social.

Evidentemente, esse dado não expressa a real situação brasileira. Embora ainda tenha muito a melhorar – em termos de educação, desigualdade e acesso a serviços básicos como saúde e alimentação –, o Brasil é percebido hoje como uma nação em desenvolvimento. Seria enganoso justificar a evolução social brasileira pela mera transferência de renda direta do governo para as camadas mais pobres da sociedade. Houve uma melhoria no nível de emprego e renda proveniente do trabalho, além do padrão de formação do trabalhador médio. O nível de emprego não apenas recuperou o seu ritmo de crescimento, segundo dados do



PME (IBGE, 2009), como também reduziu o grau de informalidade. Segundo análise do IPEA, no primeiro semestre deste ano as regiões metropolitanas apresentaram uma variação positiva de 0,7% do total da população ocupada.

---

**CARLOS ARRUDA** é assessor internacional da Fundação Dom Cabral, professor e coordenador do Núcleo de Inovação e Competitividade.

---

**MARINA ARAÚJO** é pesquisadora do Núcleo de Inovação e Competitividade da Fundação Dom Cabral.

## CONCLUSÃO

A necessidade de melhoria contínua é uma exigência para qualquer nação ou sociedade. Nos países emergentes, mais do que uma simples mudança, muitas vezes os problemas exigem o rompimento com o passado. No Brasil, dentre outras dificuldades, podemos citar: a precária oferta de serviços de saúde, os problemas de corrupção que enfraquecem a imagem do país e o alto spread bancário que impede o acesso ao crédito e o desenvolvimento das indústrias. Com tantas questões críticas, quatro se sobressaem no estudo do contexto competitivo brasileiro: as instituições públicas e privadas, a infraestrutura, o marco regulatório nacional e o sistema educacional, que serão objeto de outros estudos do WEF/FDC.

Apesar de todos os desafios, após anos de críticas, políticas austeras e um desenvolvimento econômico-social inexpressivo, o Brasil pode, finalmente, estar entrando na roda do crescimento. Estabilidade macroeconômica, compromisso com o longo prazo, políticas de desenvolvimento social e inserção nas cadeias globais de produção, são alguns dos avanços responsáveis pela melhoria competitiva do país, apontados pelo GCR.

Os ventos positivos tornam este um momento decisivo para o futuro do país. Apesar do contexto favorável, para avançar o Brasil terá de lutar contra uma de suas principais barreiras políticas: a continuidade. O desafio do longo prazo enfrenta barreiras políticas que põem em risco o sucesso de projetos implantados por governos anteriores.

A sustentabilidade do atual cenário e o seu avanço passam pela continuidade de muitas das atuais políticas e pela reforma de outras, que ainda emperram o desenvolvimento do país. Mais do que as institucionais, as barreiras políticas podem comprometer o futuro do país. A prioridade deveria ser o combate à corrupção, ao desperdício do dinheiro público e ao favorecimento de interesses próprios.

O desafio da continuidade passa pela efetividade dos projetos do governo que estão em andamento – PAC, PDE, Mais Saúde, PDP (Políticas de Desenvolvimento Produtivo). Em clima de pré-eleição, a discussão deve ser centrada na garantia de continuidade desses projetos que, embora enfrentem problemas de atraso e legitimidade de algumas de suas ações, estão relacionados ao bom momento vivido pela nação. Além de cobrar dos políticos uma atuação mais positiva e transparente, a sociedade precisa se envolver mais com esses assuntos. Somente com a conscientização e mobilização social é que planos como as PDPs podem vir a se tornar realidade.